



DOSSIÊ FORMAS ESTATAIS DE CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA, PUNITIVISMO E ELEIÇÕES

Texto recebido em 24/11/2025

Aprovado em 03/02/2026

doi: 10.11606/0103-2070.ts.2026.243197

A participação de policiais no processo político-eleitoral

Um balanço bibliográfico¹

Lucas Batista Pilau

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9709-280X>

Sérgio Adorno

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5358-1289>

Introdução

Como objeto de pesquisa, a criminalidade, as organizações criminosas, o perfil e a prática dos atores vinculados às instituições de justiça e a presença de adolescentes e jovens nos sistemas socioeducativo e prisional brasileiros acumulam décadas de conhecimento científico no âmbito das ciências sociais (Zaluar, 1999; Salla, 2006; Barreira e Adorno, 2010; Lourenço e Alvarez, 2017; Ribeiro e Teixeira, 2017; Azevedo e Sinhoretto, 2017; Salla e Teixeira, 2020). Pode-se dizer o mesmo das corporações policiais brasileiras. Em um dos primeiros levantamentos da literatura sobre essas temáticas, Adorno (1993) notou que em 1980 o aparelho policial já era

1. Agradecemos aos pareceristas a leitura atenta e as sugestões que, na medida do possível, foram incorporadas ao artigo. Também agradecemos às coordenadoras e ao coordenador do “GT19 – Sociologia do Direito” do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido na Universidade de São Paulo, em julho de 2025, por acolherem e debaterem a versão preliminar deste trabalho, contribuindo para o seu desenvolvimento. Os autores também agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que apoiou a realização deste trabalho por meio de financiamento concedido no âmbito do Centro de Pesquisa e Difusão (Cepid) do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP – Processo n. 2013/07923-7), especificamente pela concessão de bolsa de pós-doutorado (Processo n. 2024/01860-8) ao primeiro autor.



um dos alvos privilegiados de reflexão da abordagem sociológica, observação que em menos de uma década foi corroborada pela revisão de Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) da bibliografia existente sobre violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal entre os anos 1970 e 2000. Para esses autores, foi naquela década que começou a ser desenvolvida uma “sociologia da organização policial contemporânea”.

Praticamente duas décadas depois, Muniz, Freitas e Caruso (2018) evidenciaram um quadro de franca expansão da literatura sobre as polícias brasileiras nos anos 2000, centrada em temáticas como cultura organizacional, modalidades de policiamento, formas de controle da ação policial, entre outras. Mesmo que essas sistematizações da literatura tenham captado uma quantidade impressionante de estudos publicados sobre as polícias brasileiras, nota-se que pouca atenção foi dedicada a descrever e analisar as produções sobre a participação político-eleitoral dos policiais. Essa constatação tornou relevante questionar quais produções existem sobre essa temática nas ciências sociais brasileiras e de que forma elas dialogam entre si.

Nesse sentido, este artigo se propõe a dar continuidade aos esforços anteriores de compilar e organizar os debates existentes nas ciências sociais sobre as polícias, mas com um interesse específico: realizar um levantamento das produções que tomaram como objeto as incursões de policiais em candidaturas e mandatos a cargos eletivos no Brasil. Com isso, buscou-se elaborar um balanço bibliográfico das ciências sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) sobre policiais que foram candidatos e/ou eleitos aos Poderes Executivo e Legislativo no Brasil.

É preciso situar que a conexão de policiais e de outros membros das forças estatais de segurança com a política brasileira não é um fenômeno novo, sequer recente. No clássico *Forças armadas e a política no Brasil*, José Murilo de Carvalho (2019) aponta para as variações quantitativas de militares ocupando as posições de ministros, deputados e senadores entre o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930). Durante o período em que Getúlio Vargas permaneceu no poder (1930-1945), Bonelli (2002, p. 234) situa, para o caso da Polícia Civil paulista, o pêndulo existente entre a profissionalização e a politização da corporação, tendo em vista que, de um lado, se “instituíam regras mais definidas de carreira, estimulavam a especialização e o domínio de técnicas científicas [...]”, enquanto de outro “atropelavam as regras do mérito com clientelismo e perseguição política, com uso abusivo da força e com a consequente partidarização”.

Diversas outras investigações caminharam neste sentido. Zaverucha (2008), ao analisar a composição da Agência Brasileira de Inteligência durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, na Presidência da República, ressaltou a participa-

ção e a influência de militares nas disputas pela cúpula e pelos sentidos políticos da instituição. Ainda, Berlatto (2017) registrou a intensa circulação de policiais (civis, militares, federais), políticos, oficiais do Exército, membros de carreiras jurídicas pelo cargo de secretário de segurança pública nos estados federativos, ao passo que Engelmann e Pilau (2025) apontaram para as recomposições de policiais federais em diferentes cargos políticos no Governo Federal e sua adesão ao assim chamado *bolsonarismo*.

Ocorre que, nas últimas décadas, o envolvimento de policiais e militares com a política, especialmente a partidária, apresentou inflexões em nosso país, como evidenciam a cobertura midiática sobre o assunto e os relatórios de organizações não governamentais. No cenário internacional, o próprio *The New York Times* publicava, no dia 14 de janeiro de 2015, a matéria intitulada “‘Bullet Caucus’ in Brazil signals political shift to the right”, para destacar a crescente influência de parlamentares conectados à assim denominada “bancada da bala” no Brasil (Romero, 2015)². Essa matéria coincidiu com a atenção que os meios de comunicação concederiam a esse grupo de parlamentares no país.

De acordo com Miranda (2019), os primeiros registros do termo “bancada da bala” remontam ao início dos anos 2000, geralmente com uma conotação negativa e fazendo referência aos congressistas situados na oposição ao projeto de lei que viria a se tornar o Estatuto do Desarmamento, promulgado em 2003. Em 2012, uma reportagem da Agência Pública de Jornalismo teria contribuído para a identificação e popularização do termo “bancada da bala”, que, à época, seria composta por políticos que tiveram suas campanhas financiadas por empresas de armas, munições e equipamentos de segurança. A atenção a esse grupo se intensifica após as eleições de 2014, quando formada a 55ª Legislatura do Congresso Nacional, com novas reportagens sobre o tema buscando identificar os agentes políticos que compunham o grupo e suas transformações, tendo em vista que, nessa época, os próprios parlamentares começaram a rechaçar o significado depreciativo inicialmente atribuído ao termo “bancada da bala”. Em 2015, quando produzida a reportagem do *The New York Times* acima mencionada, as “bancadas da bala”, distribuídas entre o Congresso Nacional e os legislativos estaduais e municipais, encontravam-se em ascensão no cenário político³.

2. Apesar desse balanço bibliográfico ter como foco os policiais, ao longo deste artigo serão agregados e analisados trabalhos que envolvem também outros membros das forças de segurança do Estado, como os militares das Forças Armadas e a “Bancada da Bala”, composta também por outros atores políticos.

3. Um dos eventos que teriam contribuído para essa ascensão foi a criação, em 2014, da Frente Parlamentar de Segurança Pública, pelo deputado Alberto Fraga, como destacam as pesquisas de Santos (2018) e Santos (2023).

Em paralelo com a ascensão das “bancadas da bala”, crescem o número de candidatos das forças de segurança do Estado a cargos eletivos no país e a intensidade do debate público sobre o assunto. Uma análise do Instituto Sou da Paz (2021) sobre o tema evidenciou que entre 2010 e 2018 houve um aumento de 950% no número de candidatos desse grupo para a Câmara de Deputados – um salto de 4 para 42. Nessa linha, o informe de análise do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) demonstrou que, somente entre as eleições de 2018 e 2022, o número de policiais candidatos nas eleições gerais do país cresceu 28,5% – de 1.469 para 1.888 candidatos. Ambas as análises destacaram a Polícia Militar como a principal corporação desses atores, como um grupo majoritariamente masculino e com preferência por partidos do espectro político de direita. Em paralelo a esse aumento de candidaturas ao Legislativo, no mesmo período os policiais passaram a assumir cargos de relevância na política nacional, como governadores e como prefeitos e vice-prefeitos, inclusive na maior e mais rica cidade do país, São Paulo.

No debate público, o crescimento dessas candidaturas foi atribuído ao fortalecimento do sindicalismo policial (Costa, 2020), ao crescimento da violência nas últimas décadas, à capacidade dos policiais de mobilizarem a “família policial” para angariar votos (Lima, 2019) e à vinculação dos policiais com o grupo político e o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (Neves, 2022). Essas diferentes interpretações, não excludentes entre si, levaram à produção de diferentes designações para esse fenômeno, como “policialismo” (Instituto Sou da Paz, 2021) e “radicalização das polícias” (Ricardo e Bueno, 2024).

Assim, justifica-se esse estudo em razão das transformações desse fenômeno e de sua nova centralidade no tecido social e no mundo político. Para aportar respostas consistentes a esta pesquisa, dois movimentos foram realizados. Primeiro, produziu-se um levantamento de teses, dissertações, artigos, livros, capítulos de livros e anais de eventos em três repositórios mobilizando palavras-chaves específicas. Em um segundo momento, realizou-se um esforço para analisar as perspectivas teóricas, metodológicas e os principais resultados das pesquisas que compuseram este balanço bibliográfico, a fim de compreender seus resultados e sistematizar as principais agendas de pesquisa em curso.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, estão expostas as opções metodológicas da pesquisa. Na seção seguinte, apresenta-se um quadro geral da literatura encontrada no levantamento, em que são enfatizados os anos das produções, os tipos de publicação (se em periódicos, livros etc.), a distribuição por áreas de conhecimento e, também, por regiões, com base nos programas de pós-graduação em que foram defendidas teses e dissertações sobre o tema. Na terceira parte, encontra-se a sistematização da literatura sobre a participação de policiais no processo político-

-eleitoral em eixos temáticos, proporcionando um “estado da arte” desses estudos. Nas considerações finais, algumas hipóteses são aventadas e agendas de pesquisa em aberto destacadas.

O caminho metodológico: fontes e critérios de buscas

Durante as primeiras etapas da pesquisa, encontrou-se dificuldade para identificar e delimitar um campo de estudos sobre a participação político-eleitoral de policiais brasileiros. Por conta disso, desde o início descartou-se a possibilidade de realização de uma revisão sistemática da bibliografia. Ao optar por observar somente determinado tipo (artigo, livro etc.) ou canal de publicação (*SciELO*, por exemplo), ou manter os critérios de busca amarrados a métricas específicas (revistas A1 e A2 segundo o *Qualis Capes*, por exemplo), se correria o alto risco de que esse balanço da bibliografia ficasse incompleto, sem nem ao menos proporcionar uma visão representativa das publicações existentes. Isso porque muitas delas se encontram dispersas e dispostas em livros e capítulos de livros, teses e dissertações em que os policiais-candidatos não figuram como temática central, artigos em periódicos, *papers* escritos para eventos acadêmicos etc. Assim, para driblar esse entrave e realizar um levantamento bem-sucedido – e ao menos representativo – dos estudos existentes nas ciências sociais brasileiras sobre o tema proposto, este balanço bibliográfico foi dividido em duas etapas.

Na primeira etapa, procedeu-se a uma pesquisa nos sítios eletrônicos de três repositórios acadêmicos: o *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes* (CTDC), o *SciELO* e o *Google Scholar*. Esses repositórios foram escolhidos porque o primeiro comporta as investigações produzidas em programas de pós-graduação do país (teses e dissertações), enquanto o segundo agrega as publicações de artigos em revistas científicas conceituadas. Por sua vez, a consulta ao *Google Scholar* apresentou a vantagem de se tratar do repositório mais abrangente entre os três, capturando também a publicação de livros, de capítulos de livros, de anais de eventos, entre outras formas.

Nestes repositórios, foram mobilizadas três combinações de palavras-chaves para a pesquisa: “polícia” e “política”; “bancada da bala”; e “policiais” e “candidatos”. As primeiras expressões têm origem na própria relação que se busca explorar, assim como a terceira combinação. A segunda variação foi escolhida na medida em que a composição do banco de dados demonstrava uma recorrência de trabalhos em cujos títulos e resumos constava o termo “Bancada da Bala”. Parecia haver um subcampo de pesquisas somente sobre esse tema, o que veio a se confirmar posteriormente. Como a proposta dessa pesquisa foi oferecer uma visão panorâmica, inclusiva e vasta ao máximo da literatura sobre a participação política de policiais, eventualmente

foram consultadas também as referências bibliográficas dos textos coletados, para assegurar que possíveis produções não captadas pelos repositórios fossem incluídas⁴.

Antes de relatar os resultados das buscas realizadas, destaca-se, como nota de pesquisa, que ao mobilizar as combinações de palavras-chaves nos repositórios selecionados foi detectada a existência de um campo de estudos bastante desenvolvido sobre a atuação das polícias brasileiras durante regimes autoritários, ou seja, a atuação dessas instituições como “polícia política”. Foi possível constatar a existência de pesquisas com perspectivas históricas, normativas, sociológicas sobre esse tema, mas que, por não possuírem aderência a este balanço bibliográfico, não foram incorporadas ao banco das produções. Esses estudos estão focados em problematizar a própria operacionalidade das polícias e não a participação política direta de policiais na política ou seu contato com movimentos políticos.

Nesse sentido, a busca nos repositórios se manteve restrita somente às vinculações diretas entre policiais e candidaturas/mandatos a cargos eletivos e movimentos situados no âmbito político, especialmente o político-partidário. Além daqueles estudos sobre “polícia política”, foram excluídos também os trabalhos que mencionam as palavras-chaves utilizadas na busca, mas em que a participação política de policiais estava alocada como um tema totalmente colateral na análise, com menções pouco expressivas. Por fim, restringiu-se a busca a trabalhos sobre a polícia brasileira, uma vez que são escassas, para não dizer ausentes, investigações sobre a participação política de policiais em outros países⁵. Contudo, foram incorporadas neste balanço as pesquisas de autoras estrangeiras que escreveram sobre a realidade brasileira, como as de Macaulay (2019) e Laterzo (2023).

Colocadas essas questões, a próxima seção apresenta uma contextualização ampla da literatura encontrada (tipos de publicação, áreas de conhecimento etc.), ao passo que na terceira seção analisam-se as perspectivas teóricas, metodológicas e os principais resultados dos trabalhos mapeados, descrevendo seus achados e sistematizando as principais agendas de pesquisa em curso.

4. Cabe anotar que não foi possível obter acesso a todas as pesquisas constantes no banco de dados construído, pois algumas poucas não constavam nos repositórios consultados nem em nenhum outro repositório disponível na internet.

5. Ainda assim, na literatura internacional consta uma vastidão de investigações sobre as conexões mais amplas entre a polícia e a política. Entre elas, estão aquelas que situam percentualmente a perspectiva partidária de policiais na Grã-Bretanha (Reiner, 2002), apontam para o papel dos sindicatos policiais na vitória de Donald Trump nas eleições de 2016 (Zoorob, 2019), analisam as diferentes disputas políticas em torno de reformas policiais em países como França e Escócia (Maillard; O'Neill, 2024), entre muitas outras.

Um quadro geral da literatura mapeada (1998-2025)

Nas últimas três décadas, constam pelo menos 42 trabalhos acadêmicos sobre a participação político-eleitoral de policiais no Brasil. A primeira produção encontrada sobre o tema data de 1998, com a publicação do capítulo “Lugar de policial é na política? – Estratégias simbólicas de afirmação e negação”, escrito pelo professor de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, e um dos pioneiros da Sociologia da Violência no Brasil⁶, César Barreira. Como o próprio título permite intuir, o capítulo de Barreira (1998) está centrado na participação política de policiais, com um recorte sobre os discursos de campanhas eleitorais de policiais no interior do Ceará.

O tema seria retomado somente dois anos depois, em 2000, com a publicação do livro *Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo*, fruto da tese de doutorado, defendida na Universidade da Califórnia em 1992, de Teresa Pires Caldeira. O livro mobiliza um rico material empírico e comporta uma análise ampla sobre questões relativas ao crime, à violência e à desigualdade – da “fala do crime” ao processo de urbanização e segregação da cidade de São Paulo desde o final do século XIX. Quando a retomada histórica do livro recai sobre o período de redemocratização pelo qual passou o país entre as décadas de 1980 e 1990, Caldeira (2000) direciona sua análise para os discursos de policiais paulistas eleitos à época para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Ainda, em 2001, é publicado o livro *Em nome de quem?: Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*, de Odaci Luiz Coradini. Ao abordar o sindicalismo como recurso eleitoral, em determinado momento esse autor faz referência aos recursos mobilizados (atuação sindical e comunitária, vinculação corporativa etc.) por policiais militares nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul de 1998. De um lado, esses três trabalhos inaugurariam duas perspectivas que seriam comuns nesse campo de estudos: a análise das variáveis presentes nas candidaturas, assim como a incursão sobre as representações e discursos dos policiais eleitos, como será demonstrado na terceira seção. De outro, estariam iniciando um campo que conheceria um crescimento somente nas décadas seguintes, considerando que há um vácuo de produção sobre o tema entre 2002 e 2013.

Após esse longo período de escassez da produção, novas produções começaram a aparecer. Embora da área do Direito, a defesa da tese *Polícia militante: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1999-2011)*, de Danilo Cymrot (2014), junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, demarcou essa retomada. Como este balanço bibliográfico

6. De acordo com a linhagem reconstituída por Fachinetto *et al* (2020).

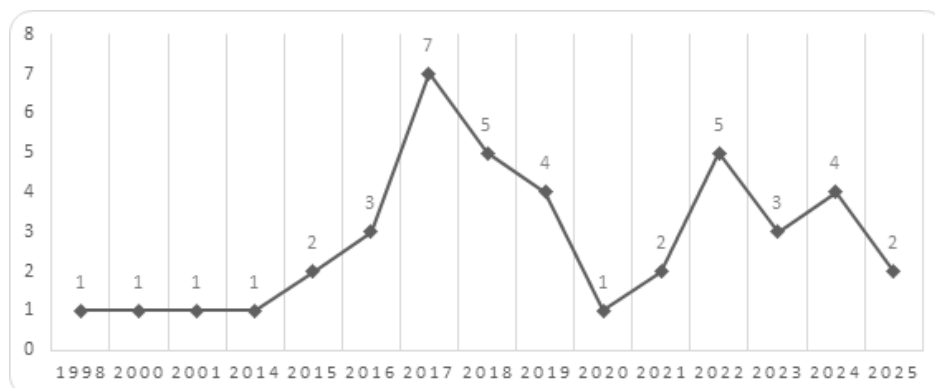
teve como foco somente as produções das ciências sociais brasileiras – Antropologia, Ciência Política e Sociologia –, faz-se essa referência a produções de outras áreas apenas para sublinhar sua existência e, eventualmente, seus impactos no campo de estudos em análise (Oliveira, 2021; Ribeiro, 2023; Ricardo, 2023).

Nas ciências sociais, foi o artigo de Berlatto e Codato (2014) sobre os candidatos-policiais aspirantes ao cargo de Deputado Federal, publicado no mesmo ano que a tese de Cymrot, que figurou entre as primeiras publicações desse segundo momento da produção. A relevância desse trabalho está também na sua forma pioneira de abordar o tema, já que, pela primeira vez, havia um enfoque nacional sobre essas candidaturas e um desenho de pesquisa que destacasse suas múltiplas variáveis. No artigo, os autores abordam o número total de candidaturas de membros das forças repressivas do Estado – inclusos os policiais – entre as eleições de 1998 e 2014 à Câmara dos Deputados, a variação dessas candidaturas ao longo desse período, a preponderância de militares (policiais e membros das Forças Armadas) em relação aos policiais civis, os estados federativos com mais candidaturas, dados sociográficos dos candidatos, suas escolhas partidárias, entre outros elementos não desenvolvidos, sequer apontados, pela literatura até então.

Como referido anteriormente, essa publicação inaugura um segundo período de produções, mais robusto. O Gráfico 1 evidencia que a produção sobre a participação político-eleitoral de policiais cresce até 2017, diminui levemente em 2018, e logo se estabiliza, mantendo um mínimo de duas publicações por ano entre 2021 e 2025. Essa estabilidade, no entanto, é curiosa, na medida em que, de um lado, foi a partir de 2018 que se identificou um crescimento exponencial das candidaturas de membros das forças de segurança (inclusive policiais), assim como o fato de que o tema vinha sendo abordado com intensidade no debate público, com a publicação de relatórios e análises sobre o fenômeno, como apontado na introdução. De outro, é preciso lembrar que as corporações policiais e seus atores mantiveram-se relevantes ou, em alguns casos, obtiveram mais relevância durante a administração de Jair Bolsonaro (2019-2022), aprofundando suas conexões com a política para além das candidaturas.

Ilustra essa afirmação a cobertura dos meios de comunicação sobre os casos de manifestações políticas de militares e policiais em apoio ao *bolsonarismo*, consolidando um debate sobre as possíveis punições e os riscos dessas manifestações para a democracia brasileira (Gomes, 2021; Mori, 2021). Além disso, foi durante o governo Bolsonaro que um delegado de Polícia Federal ascendeu à posição de Ministro da Justiça e Segurança Pública, cargo ocupado, desde a redemocratização na década de 1980, por membros das carreiras jurídicas *stricto sensu* (Pilau, 2024). Por isso, poderia se suscitar, como hipótese, um aumento ou, ao menos, uma constância de investigações nesse período, o que não ocorreu.

GRÁFICO 1

Publicações por ano (1998-2025)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

A hipótese mais consistente em relação à estabilização da produção a partir de 2017 pode ser sustentada quando se analisa o tipo de publicação. O Gráfico 2 evidencia que a amostra coletada é predominantemente constituída por artigos (13), dissertações de mestrado (12), teses de doutorado (7), capítulos de livros (4), anais de evento (3), livro (2) e *working paper* (1). Pelo tipo de publicação, podem-se distinguir dois momentos.

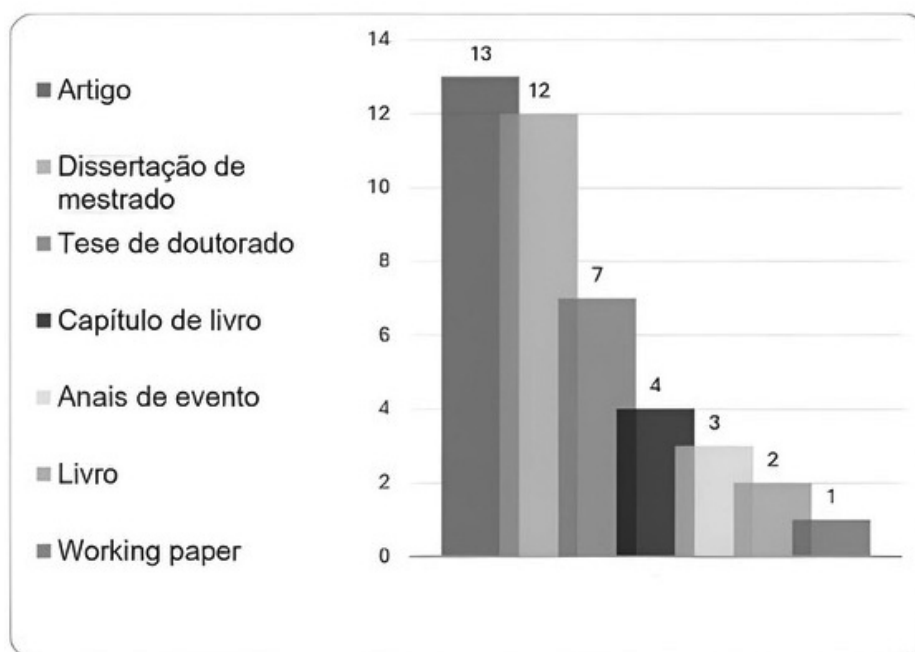
No primeiro, existe uma proliferação de teses e dissertações a partir de 2014, sendo 2017 e 2018 os anos mais produtivos neste sentido – cinco e quatro trabalhos, respectivamente, do total de dezenove ao longo de todo o período. Nos anos seguintes, até 2025, esses trabalhos seguiriam sendo defendidos em programas de pós-graduação de várias regiões do país, mas com menor intensidade. Enquanto isso, se até 2018 somente três artigos tinham sido publicados, a partir de 2021 há um incremento de publicações de artigos, evidenciando um novo quadro de expansão da temática através de revistas científicas. Somente entre 2021 e 2025, existem dez artigos publicados sobre o tema – para somente três publicados entre 2014 e 2018. Por isso, a estabilidade da produção, evidenciada no Gráfico 1, esconde uma mudança de cunho qualitativo, uma vez que é possível verificar uma transformação na comunicação acadêmica do tema entre dois períodos.

A questão central é que, ao mesmo tempo que o tipo de publicação se alterou, quase metade dos autores dos artigos publicados entre 2021 e 2025 permaneceram os mesmos das teses e dissertações defendidas entre 2014 e 2019. Muitas investigações originadas em programas de pós-graduação (Quadros, 2015; Benetti, 2017; Novello, 2018; Pilau, 2024) foram publicadas, posteriormente, em formatos de artigo, por vezes compondo com orientadores ou pesquisadores vinculados ao mesmo grupo

de pesquisa (Quadros e Madeira, 2018; Higa *et al.*, 2022; Benetti e Alvarez, 2021; Benetti, 2022; Novello e Alvarez, 2022; Pilau e Engelmann, 2025), o que evidencia ter ocorrido uma baixa oxigenação nesse campo de estudos.

GRÁFICO 2

Tipo de publicação (1998-2025)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Com base nos programas de pós-graduação em que foram defendidas as teses e dissertações⁷, investigaram-se também as áreas de conhecimento das publicações. Este tipo de publicação concentra dezenove trabalhos, divididos entre a Ciência Política (oito), as Ciências Sociais (três) e a Sociologia (oito). Neste caso, são evidentes as razões pelas quais a Ciência Política e a Sociologia concentram, igualmente, o maior número de trabalhos sobre a participação político-eleitoral de policiais.

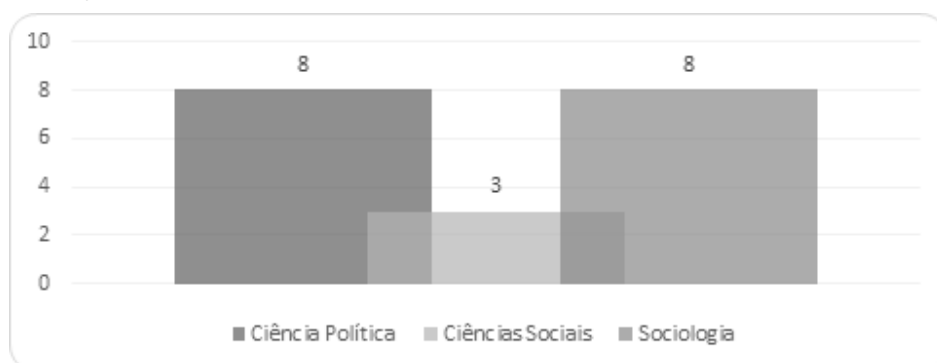
De forma ampla, este objeto de estudo se constitui, em parte, pelo caminho percorrido por policiais das fileiras de suas corporações às campanhas eleitorais e, eventualmente, a um gabinete parlamentar, por meio do voto popular. Sendo a arena eleitoral um dos objetos privilegiados da Ciência Política brasileira há décadas, pode-se compreender o interesse de pesquisadores nesta temática pela adesão a temas

7. Optou-se por tomar as teses e dissertações como produções representativas da amostra por conta das dificuldades de qualificar as demais produções – como os artigos – em uma área específica.

e métodos tradicionais daquele campo de estudo. Das oito teses e dissertações da Ciência Política, cinco vão neste sentido (Faganello, 2017; Miranda, 2019; Souza, 2019; Freitas, 2022; Pilau, 2024; Bonella, 2024).

Ainda, pelo fato de os policiais atuarem junto ao sistema de justiça criminal em investigações ou no policiamento ostensivo, a própria literatura aponta que não são raros os candidatos-policiais que mobilizam uma retórica centrada no endurecimento de penas para crimes violentos ou para o tráfico de drogas, tanto em suas campanhas quanto em seus mandatos, quando eleitos. Violência, justiça, segurança, punição e, em especial, policiamento e práticas policiais têm sido temas caros à Sociologia brasileira – e às suas variações, como a Sociologia da Violência – pelo menos nas últimas quatro décadas, como adiantado na introdução. Dos oito trabalhos, cinco deles representam uma continuidade dos eixos de pesquisa dessa área (Kurchaidt, 2017; Chicarino, 2017; Novello, 2018; Bastos, 2022; Santos, 2023).

GRÁFICO 3
Área de publicação



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Ainda, procurou-se descobrir se existe uma concentração regional das publicações a partir das dezenove teses e dissertações coletadas na pesquisa⁸. Como a Tabela 1 apresenta, os programas de pós-graduação em que esses trabalhos foram desenvolvidos e defendidos estão concentrados, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste. O Centro-Oeste e o Nordeste contabilizam apenas um trabalho em cada região, ao passo que as outras dezessete investigações estão distribuídas no Espírito Santo (uma), em Minas Gerais (uma), no Paraná (duas), no Rio de Janeiro (três), no Rio Grande do Sul (cinco) e em São Paulo (cinco). As universidades públicas se destacam nesse universo e são os programas de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de

8. Emprega-se a mesma justificativa da nota de rodapé anterior para a análise da concentração regional.

São Paulo (USP) e os de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que concentram a maioria das produções sobre o tema.

TABELA 1
Concentração regional de teses e dissertações

ESTADO	PPG/UNIVERSIDADE	Nº
CE	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC	1
DF	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNB	1
ES	Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV	1
MG	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG	1
PR	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR	1
PR	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR	1
RJ	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Uerj	2
RJ	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Uerj	1
RS	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS	2
RS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS	1
RS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS	1
RS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da PUCRS	1
SP	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp	1
SP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCSP	1
SP	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFScar	1
SP	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP	2
TOTAL		19

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Em parte, essa regionalização das teses e dissertações reflete o próprio modo como as corporações policiais estão estruturadas no Brasil. Embora as polícias estaduais (militares e civis) estejam distribuídas em vinte e seis estados e no Distrito Federal

e apresentem estruturas relativamente semelhantes, trata-se de instituições que se constituem e se diferenciam por diversos contextos históricos, sociais e de relações com os poderes políticos locais. Nessa mesma linha de raciocínio, as polícias nacionais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal etc.), ainda que pretendam uma atuação uniformizada no país, também estão submetidas a variáveis locais, com a existência de sedes de suas superintendências nos estados.

No caso de Rio de Janeiro e São Paulo, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) demonstram que se trata dos estados com os maiores efetivos de policiais militares e civis do país e que, respectivamente, contaram, em termos absolutos, com o maior quantitativo de candidaturas de membros das forças de segurança nas eleições de 2022. Por isso, faz sentido que exista uma distribuição regional significativa da literatura, com problematizações que tentarão cobrir as variáveis políticas e sociais específicas do fenômeno em sua própria região, como fizeram as pesquisas de Silva Neto (2016) sobre os policiais militares candidatos no Ceará, de Faganello (2017) sobre o voto na bancada da bala no município de São Paulo, de Novello (2018) sobre discursos e práticas sobre punição e crime da bancada da bala na Alesp, entre outras (Joly, 2017; Souza, 2019; Freitas, 2023).

Ao mesmo tempo, a hipótese de uma delimitação regional do trabalho acadêmico que considera a fragmentação regional das polícias como significativa para seus resultados deve ser matizada pelas investigações que abordam a participação política de policiais com um enfoque nacional, sobretudo por serem a maioria – representando treze das dezenove teses e dissertações encontradas. Elas são assim definidas por tomarem espaços políticos nacionais como representativos para a análise acadêmica – com destaque para a Câmara dos Deputados – e podem ser divididas em dois grupos. No primeiro, estão aquelas centradas em temas mais amplos, como conservadorismo, neoconservadorismo, partidos políticos, usos políticos das polícias, mídia, debates parlamentares, em que o assunto dos candidatos-policiais ou da bancada da bala são mais colaterais (Quadros, 2015; Cioccarri, 2016; Kurchaidt, 2017; Chicarino, 2017; Benetti, 2017; Lacerda, 2018). No segundo, encontram-se as teses e dissertações que, focadas no cenário nacional, estão circunscritas ao fenômeno da participação política de policiais – e outros membros das forças de segurança – em cargos eletivos (Trinks, 2018; Santos, 2018; Miranda, 2019; Bastos, 2022; Santos, 2023; Pilau, 2024; Bonella, 2024).

Assim, esta seção analisou as particularidades dos 42 trabalhos que compõem a amostra deste balanço bibliográfico. Foi possível demonstrar, inicialmente, que existem três períodos de publicação, um composto por três produções inaugurais, e outro mais robusto a partir de 2014, seguido de um período de estabilização. A explicação mais plausível para esta estabilização da produção, mesmo com a relevância

do tema no debate público, se deve à transformação da comunicação acadêmica, isto é, dos diferentes tipos de publicação. A análise dessa variável identificou, complementarmente, outros dois diferentes períodos, um com mais publicação de teses e dissertações (2014-2018) e outro com mais publicação de artigos (2021-2025). É provável que a estabilização ocorreu porque nesses períodos os autores das teses e dissertações foram os mesmos dos artigos, o que demonstra ter havido uma baixa oxigenação do campo, tanto em termos de produção de novas teses e dissertações, quanto do interesse de novos pesquisadores pelo tema.

Além disso, a Ciência Política e a Sociologia têm sido as áreas das ciências sociais brasileiras com o maior número de produções – não se detectou nenhuma produção na Antropologia – o que se atribui às diferentes composições temáticas envolvidas no fenômeno da participação político-eleitoral de policiais e às suas vinculações a problematizações tradicionais daquelas áreas. Por fim, a análise da regionalização das produções apontou para uma concentração nas universidades públicas do Sul e Sudeste, com destaque para USP, Uerj e UFRGS. Na seção seguinte, analisa-se com mais propriedade a bibliografia coletada, para propor uma sistematização dessa agenda de pesquisa em construção que leve em conta suas aproximações e diferenças.

Policiais na política-eleitoral brasileira: uma proposta de sistematização da literatura

Nesta seção, analisam-se mais detidamente as publicações da literatura mapeada, a fim de estabelecer as linhas de força existentes na bibliografia e as aproximações e distâncias entre os trabalhos encontrados. Para além de tomar, de diferentes perspectivas e tradições acadêmicas, os policiais e suas candidaturas e mandatos como objeto de estudo, pode-se afirmar que vários dos estudos desse campo têm em comum o uso do *Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral* (TSE) como fonte principal de pesquisa. E não por acaso. Este repositório disponibiliza dados oficiais sobre as eleições brasileiras, permitindo, por exemplo, o acesso a dados dos candidatos (seus nomes, profissões, gênero, raça etc.) e das suas candidaturas (partido político, estado da federação, gastos de campanha etc.) desde as eleições de 1933⁹.

O portal do TSE tem oferecido os dados que constituem as análises mais objetivas das eleições, como ilustram os estudos de Faganello (2015), Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), Souza (2019), Lima (2019) e Geliski, Simoni Júnior e Madeira (2025), ao passo que o *YouTube*, redes sociais, fontes jornalísticas e os repositórios das casas legislativas (Câmara dos Deputados, Alesp etc.) têm servido como fonte

9. Existem variações na alimentação dos dados, a depender do ano das eleições. Para mais informações, cf. <https://dadosabertos.tse.jus.br/>.

para as análises com enfoques qualitativos, centradas nas campanhas eleitorais e/ou nas representações sociais dos policiais-parlamentares, como fizeram as pesquisas de Trinks (2018), Novello (2018), Santos (2023), Pilau (2024), Sinhoretto, Cedro e Macedo (2024) e Pilau e Engelmann (2025).

É preciso destacar que esse conjunto de investigações explorou timidamente o uso de entrevistas, método repleto de desafios, mas ainda assim comum nas ciências sociais. Dos 42 trabalhos encontrados, somente os trabalhos de Barreira (1998), Coradini (2001), Silva Neto (2016), Santos, (2018), Souza (2019), Laterzo (2023) e Pilau (2024) – 16,6% do total – mobilizaram entrevistas com policiais envolvidos na política partidária, o que denota, ainda, a necessidade de uma invenção metodológica para este tipo de pesquisa.

Também, em comum, existe ainda um obstáculo metodológico que, por vezes, tem dificultado a identificação completa de todos os candidatos-policiais e, eventualmente, o incremento de estudos sobre as diferentes corporações policiais existentes no Brasil. Ao se tomarem as investigações de Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) e de Lima (2019) como ilustrativas, percebe-se um enfoque nas polícias civis e militares, além de outros membros das forças de segurança (como militares das Forças Armadas etc.). Os primeiros autores apontam que sua amostra foi constituída com base na ocupação autodeclarada dos candidatos junto ao TSE, em que constam expressamente as categorias “Polícia Civil”, “Polícia Militar” e “Bombeiro Militar”, mas situaram a dificuldade de captar todas as forças de segurança do Estado, considerando que, por exemplo, membros da Polícia Federal se alistavam na categoria “Funcionário Público Federal”. Além disso, ressaltam que nada impede que um candidato-policia declare outra ocupação, como nos casos dos eleitos que, na eleição seguinte, fazem referência na autodeclaração ao cargo político para o qual se elegeram – “Deputado Federal”, “Vereador” etc.

Neste sentido, Lima (2019) procurou driblar essa dificuldade ao incorporar à sua amostra tanto a ocupação dos candidatos quanto o “nome de urna”, no qual muitos candidatos-policiais incluem seus cargos e patentes – como “delegado fulano de tal”, “agente cicrano” etc. Com isso, o autor expandiu sua amostra para além das Polícias Civil e Militares, abarcando também as Polícias Federal e Rodoviária Federal.

Em produções posteriores, Pilau (2024) e Pilau e Engelmann (2025) enfrentaram a dificuldade de identificação de policiais federais ao investigarem os candidatos que se declaravam como “Servidor Público Federal”, o que permitiu construir um quadro dos candidatos da Polícia Federal desde o início dos anos 2000. Ainda assim, a dificuldade de identificação dos candidatos-policiais pode persistir, uma vez que muitos podem realizar a autodeclaração em diferentes profissões, dificultando suas inclusões.

Para que este balanço bibliográfico sirva como um mapa dos estudos constantes sobre o tema, e não se limite apenas à mera menção de suas existências, sustenta-se a concentração das 42 investigações encontradas em quatro eixos, organizados aqui por sua ordem cronológica de existência: “Elementos político-eleitorais”, “Representações sobre crime, violência e punição”, “Bancada da Bala” e “Movimentos políticos”.

No primeiro eixo, estão alocados os trabalhos orientados por problematizações que envolvem componentes ou variáveis das candidaturas e/ou dos mandatos de policiais, destacando esse fenômeno como algo distinto e específico dentro da arena eleitoral. Incluem-se aqui treze pesquisas, que podem ser desmembradas em quatro grupos relativamente distintos entre si e com enfoques em comum: a) nas diferentes variáveis objetivas (Berlatto e Codato, 2014; Berlatto, Codato e Bolognesi, 2016; Lima, 2019; Higa *et al.*, 2022; Pilau, 2024); b) nas diferentes estratégias simbólicas e discursos mobilizados (Barreira, 1998; Coradini, 2001; Silva Neto, 2016; Pilau e Engelmann, 2025); c) na atuação parlamentar (Souza, 2019); e d) nas conexões das candidaturas com fatores sociais e políticos (Freitas, 2023; Geliski, Simoni Júnior e Madeira, 2025; Novaes, 2024).

Representam com propriedade o primeiro subeixo os artigos publicados por Berlatto e Codato (2014) e Berlatto, Codato e Bolognesi (2016). Nesta última publicação, provavelmente um produto refinado da anterior, referida no primeiro capítulo como a primeira publicação das ciências sociais do período mais produtivo dessa literatura (2014-2025), os autores exploraram os candidatos e as candidaturas das forças de segurança (policiais e militares) de todo o Brasil à Câmara dos Deputados entre 1998 e 2014. Pela primeira vez, seriam mapeados os países que autorizariam as candidaturas de membros das forças de segurança sem restrições (Alemanha) e com restrições (Itália) e os que vedam militares da ativa de participar de eleições (Portugal, Espanha e França, na Europa, e Peru, Bolívia, Uruguai e Argentina na América Latina). Além disso, os autores produzem uma análise partindo de dados sociográficos dos candidatos (gênero, situação conjugal e educação) para suas filiações partidárias e a crescente concentração dos candidatos-policiais em torno de partidos de direita e daqueles que assim denominam como “partidos-fisiológicos”, dado corroborado pela pesquisa de Lima (2019), também com abrangência nacional.

O segundo subeixo tem no capítulo pioneiro de Barreira (1998) um dos seus principais representantes. Barreira procurou compreender a inserção de não oficiais (soldados, cabos, sargentos) e a formação de distinções por esses atores na política a partir da análise dos usos que os policiais fizeram de suas trajetórias na polícia em discursos e estratégias de campanha. Para tanto, analisou as eleições municipais ocorridas em 1996 no município de Maracanaú, situado no interior do Ceará e à época um dos mais violentos do Estado. Naquele ano, dois candidatos se opuseram

nas eleições majoritárias para a prefeitura de Maracanaú. De um lado, estava o candidato vitorioso, conhecido dos eleitores, que apresentava a cidade como “tranquila e em franco desenvolvimento”. De outro, um delegado federal “forasteiro” – por ter nascido no Rio Grande do Sul – que no seu discurso “costurava uma esteira de criminalidade dando espaço a um ‘xerife’ para administrar” (Barreira, 1998, p. 241). Apesar disso, o delegado-candidato não obteve sucesso e perdeu as eleições. Na análise de Barreira, a “truculência, a agressividade quebra, rompe, mas não constrói”.

Ainda neste subeixo, Pilau e Engelmann (2025) abordaram os discursos de campanhas de membros da Polícia Federal ao longo de cinco eleições à Câmara dos Deputados (2002-2018), destacando o modo pelo qual esses atores converteram os recursos simbólicos adquiridos na corporação em promessas eleitorais. Os autores apontam que após haver um enfoque na segurança pública, a partir de 2010, com os novos incrementos corporativos na Polícia Federal dos dois primeiros governos de Lula (2003-2010) e a visibilidade de operações dessa instituição contra as elites políticas e econômicas, o “combate à corrupção” se tornou uma promessa central nas campanhas eleitorais desses atores.

Quanto à atuação parlamentar como objeto central, o estudo de Souza (2019), representante do terceiro subeixo, é o único a salientar essa abordagem. O autor analisou mais de mil proposições legislativas de vinte e um deputados estaduais egressos das polícias militares e que atuaram como parlamentares entre 2015 e 2018. Entre os resultados, a pesquisa demonstrou que os deputados estaduais provenientes das polícias militares são políticos experientes, com uma atividade centrada em homenagens e menos em projetos baseados em suas *expertises* e preocupados com uma produção legislativa voltada aos interesses corporativos das polícias. Nesse campo de estudos, Souza inova ao se debruçar sobre questões menos investigadas, como as proposições legislativas, a experiência política e a centralidade dos interesses corporativos nos mandatos, e as relações entre essas três variáveis.

Já no quarto e último subeixo, encontra-se a pesquisa de Geliski, Simoni Júnior e Madeira (2025), preocupada com a motivação dos eleitores em votar em candidatos com experiência em segurança pública para o Congresso Nacional – entre eles, policiais. Para tanto, os autores investigaram se essa tendência de voto, crescente após as eleições de 2018, possui correlação com indicadores de violência e capacidade no setor de segurança em nível municipal, empregando modelos de regressão para considerar fatores socioeconômicos, demográficos, políticos e geográficos. Entre suas conclusões, eles apontam, por exemplo, que existe uma correlação negativa entre taxas de violência e a preferência por candidatos vinculados às forças de segurança estatais, bem como que, em alguns casos, a existência de uma secretaria municipal de segurança pode vir a aumentar o apoio a esses candidatos.

Com relação ao segundo eixo de investigações, denominado “Representações sobre crime, violência e punição”, o que está em jogo, como objeto de análise, são as representações dos policiais-parlamentares sobre aqueles temas. Os treze trabalhos deste eixo fornecem subsídios para a compreensão do modo como os policiais candidatos, mas sobretudo os eleitos, se posicionam no debate político.

A primeira investigação nesta direção foi a pesquisa de Caldeira (2000), que chamou a atenção para o fato de que nas eleições de 1994 o coronel Ubiratan Guimarães, então candidato a deputado estadual por São Paulo, era identificado pelo número 111, o mesmo do número de mortos do massacre do Carandiru, que ocorreu sob o período em que era comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Para a autora, isso evidenciou o tipo de polícia que o candidato apoiava e o espaço que existia para “endossar pública e diretamente a prática da violência” (Caldeira, 2000, p. 180).

Benetti (2017), em sua tese, reforça essa perspectiva ao analisar os debates parlamentares em torno da promulgação do Estatuto do Desarmamento – em 2003 – e da redução da maioria penal – em 2015 –, demonstrando a continuidade de posições conservadoras, punitivas e de legitimação da violência física como caminho para a resolução de conflitos sociais por parlamentares que compunham a assim denominada “Bancada da Bala” no Congresso Nacional. Essa posição mais punitiva reverberou nos projetos protocolados por esse grupo entre 2003 e 2018 na Câmara dos Deputados, centrados no aumento de penas para crimes e infrações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, tipificação de novos crimes hediondos etc., como aponta a pesquisa de Santos (2023).

Ainda, destacam-se as análises de Novello (2018) e Novello e Alvarez (2022), altamente representativas desta seção ao abordarem as posições de atores da “Bancada da Segurança” (1987-1991) e da “Bancada da Bala” (2015-2019), presentes em diferentes legislaturas na Alesp. Um dos elementos de continuidade entre esses dois grupos se estabelece, sobretudo, no discurso da guerra, em que as forças de segurança seriam dotadas da missão superior de defesa da sociedade contra o mal – no mesmo sentido dos achados de Benetti (2022) sobre a “Bancada da Bala” no contexto nacional. Ao mesmo tempo, diferenças são demarcadas. Enquanto a “Bancada da Segurança”, atuante no contexto da redemocratização, negava as políticas de direitos humanos por considerá-las privilégio de um grupo restrito – isto é, como privilégio de “bandidos” –, a “Bancada da Bala” da Alesp, a partir dos anos 2000, passa a disputar os sentidos dessas políticas para a imposição de uma agenda própria (Novello e Alvarez, 2022).

Em síntese, o conjunto de investigações presente nesse eixo tem apontado para o mesmo sentido: a atuação dos policiais e dos demais membros das forças de segu-

rança que se deslocam para a política-eleitoral é apresentada, repetidamente, como parte da “Bancada da Bala”, como crítica ao desarmamento da população civil, como apoiadora de ações repressivas do Estado através do aumento de penas, como relativamente contrária aos direitos humanos, como integrante do *lobby* do armamento, como articuladora de pautas em comum com a bancada evangélica, como defensora das pautas corporativas das polícias, como adepta do endurecimento penal nos casos de violência doméstica, entre muitas outras facetas (Chicarino e De Angelo, 2017; Kurchaidt, 2017; Da Silva, 2017; Lacerda, 2018; Sanjurjo, 2021; Bastos, 2022; Benetti; Alvarez, 2021).

O eixo seguinte, “Bancada da Bala”, carrega na sua própria nomenclatura o seu conteúdo. Como exposto no parágrafo anterior, as bancadas da bala, nos níveis nacional e regional, têm sido identificadas como espaços de atuação de policiais-parlamentares, em conexão com outros membros das forças de segurança ou não. Podem-se dividir os nove trabalhos identificados em dois subgrupos mais específicos. No primeiro, encontram-se as pesquisas centradas em refletir sobre os atributos, os traços, a identidade, o perfil, a composição, o financiamento das campanhas, a geografia dos votos e a produção legislativa das bancadas da bala (Faganello, 2017; Trinks, 2018; Bonella, 2024), em que consta, inclusive, uma revisão bibliográfica sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares no Brasil (Carvalho, 2022).

Neste subgrupo, o *paper* de Santos (2017) foi fundador deste debate mais específico sobre os critérios de representação e identidade dos atores que compõem a “Bancada da Bala”. Uma das divergências existentes, nesse ponto, é colocada por Miranda (2019) em relação aos critérios utilizados por Santos (2018). Essa segunda investigação adotou como critério de identificação da “Bancada da Bala” na Câmara dos Deputados a presença de parlamentares na Frente Parlamentar de Segurança Pública, em comissões ligadas à segurança pública (entre 2015 e 2016) e a vinculação profissional e prévia ao mandato com as forças de segurança do Estado (polícias e Forças Armadas), ao passo que, para Miranda (2019), essa delimitação é por demais restritiva, e a “Bancada da Bala” não deve ser confundida com a bancada dos atores vinculados às forças estatais. Por isso, sua pesquisa procurou identificar a “Bancada da Bala” na Câmara dos Deputados por meio da visão de mundo dos parlamentares – segundo ele, punitivista e repressiva – e por sua atuação. No segundo subgrupo, estão as investigações focadas na ascensão de movimentos conservadores ou no crescimento da influência de setores da segurança na política brasileira, como o fazem a pesquisa de Faganello (2015) e Macaulay (2019).

O quarto e último eixo agrega sete contribuições que inserem os policiais-candidatos, parlamentares ou gestores dentro de movimentos políticos mais amplos, como o conservadorismo, as novas direitas, o bolsonarismo, entre outros. A participação

político-eleitoral dos policiais e seu incremento ou fortalecimento na última década surge como expressão ou resultante desses movimentos. Oferecendo um panorama geral, essas investigações estão centradas em compreender os policiais e outros membros das forças de segurança e (i) sua atuação conservadora e dentro de uma “nova direita” (Quadros, 2015; Quadros e Madeira, 2018; Quadros e Madeira, 2020); (ii) sua inserção em partidos políticos, como o Democratas¹⁰ (Cioccari, 2016); (iii) suas dificuldades em atender aos interesses de suas categorias, reforçando a vitimização policial (Joly, 2017); e os (iv) principais interesses políticos das corporações policiais em campanhas para o cargo de governador no Brasil, mais focadas em incrementos corporativos (aumentos salariais, estruturas de promoção favoráveis) e em evitar o tema dos direitos humanos (Laterzo, 2023).

Por sua vez, Sinhoretto, Cedro e Macedo (2024) problematizam a relação entre o controle do crime e as manifestações políticas de policiais vinculados à Polícia Militar do Estado de São Paulo e integrantes de grupos e redes sociais *bolsonaristas*. Ao retomar a história dessa corporação e acompanhar grupos abertos e fechados em que os policiais se manifestavam sobre política, os autores observaram mudanças nos discursos desses atores com o passar do tempo – de uma “postura negacionista perante a pandemia de covid-19, em 2020, ao cenário eleitoral de 2022, com o confronto ao STF e a deslegitimação das eleições” (Sinhoretto, Cedro e Macedo, 2024, p. 18). Nesse ponto, eles apontam para uma adesão dos policiais paulistas a diferentes formas de inimigos com o passar do tempo e a influência da política nesse enquadramento: dos inimigos da ditadura militar aos criminosos comuns e dos criminosos comuns aos adversários políticos do *bolsonarismo*. Ainda que apresentada de forma sintética, pode-se afirmar que essa análise inova ao correlacionar a atuação das polícias junto ao sistema de justiça criminal às conjunturas políticas, sobretudo àquelas nas quais os sentidos políticos dessas corporações são disputados.

Considerações finais

Este artigo constatou que, nas ciências sociais, a literatura sobre a participação de policiais no processo político-eleitoral é relativamente recente. Após três publicações pioneiras entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, foi somente a partir de 2014, quando o fenômeno se encontrava sob os holofotes da mídia, que as ciências sociais começaram a atribuir-lhe maior destaque. Primeiro, por meio da publicação de teses e dissertações para, em seguida, preponderar a publicação de

10. Em 2022, o Democratas (DEM) se fundiu com o Partido Social Liberal (PSL) para formar o União Brasil (União).

artigos, sendo que vários desses foram assinados por autores e autoras já especializados no tema. Tanto a Ciência Política quanto a Sociologia têm concentrado essas produções dentro das ciências sociais, sobretudo em programas de pós-graduação situados no Sul e no Sudeste do país.

Sobre o tema das pesquisas desenvolvidas, sustentou-se sua divisão em quatro eixos distintos. O primeiro, em torno dos “Elementos político-eleitorais”, tem concentrado as investigações que tomam a diferentes variáveis das campanhas e dos mandatos políticos dos policiais como objeto central. O segundo, “Representações sobre crime, violência e punição”, vem captando os discursos dos policiais, sobretudo os eleitos, sobre assuntos centrais e cotidianos enquanto atuantes junto ao sistema de justiça criminal. O terceiro, sobre a “Bancada da Bala”, tem aglutinado investigações importantes que acompanham o desenvolvimento desse grupo em diferentes parlamentos, suas principais características e as inflexões que emergem de diferentes conjunturas políticas. O quarto e último, “Movimentos políticos”, é o mais abrangente de todos, reunindo as pesquisas sobre diferentes grupos, agremiações, partidos etc. em que estão inseridos os policiais-candidatos ou eleitos.

Essa distinção proposta, de certa forma baseada em uma perspectiva sociológica sobre o conhecimento produzido nas ciências sociais brasileiras, foi criada para sistematizar uma literatura complexa e multifacetada que, em muitos momentos, poderia ser diluída em mais de um eixo. Contudo, argumenta-se que separar as pesquisas por eixo pode contribuir para a constituição de um quadro de suas afinidades – teóricas e metodológicas –, permitindo uma leitura ampla e relacional da literatura encontrada.

É preciso enfatizar que a construção desse campo de estudos não se desenvolveu em um vácuo político e social. O ano de 2014, que demarca o incremento das produções sobre a participação político-eleitoral de policiais, é extremamente significativo do ponto de vista da política brasileira, e talvez possa ser considerado como um dos principais momentos de inflexão para o fortalecimento da extrema-direita no país. Foi naquele ano que as eleições presidenciais foram contestadas por Aécio Neves, após a vitória de Dilma Rousseff, e a Operação Lava Jato teve início. Esses e outros eventos seriam fundamentais para a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018. Durante seu período como presidente, a própria trajetória política de Bolsonaro chamaria a atenção para ex-membros das Forças Armadas na política e seu governo que, de certa forma, foi marcado pela incursão desses atores em diversos cargos tradicionalmente ocupados por civis, como apontou um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea (2022).

Além disso, nesse período pode-se trabalhar também com a hipótese de uma valorização da violência como instrumento político e linguístico, o que, possivelmente,

fortaleceu os atores habituados a usar esse tipo de recurso em suas relações: entre eles, os policiais que buscavam adentrar o espaço político ou nele se encontravam. O que esse balanço da bibliografia demonstra é que as ciências sociais brasileiras estiveram atentas a esses movimentos e procuraram, ainda que timidamente em alguns períodos, produzir análises – na maioria das vezes robustas – sobre essa nova conjuntura que se impunha.

As agendas de pesquisa em andamento, situadas ao longo do artigo, cobrem grande parte das etapas existentes entre a saída do policial de sua corporação e suas tentativas de entrada e atuação no campo político, mas não todas. Pode-se ressaltar como lacunas da literatura a compreensão mais ampla dos sentidos políticos atribuídos às candidaturas dentro das corporações policiais, assim como o impacto desse movimento nas carreiras dos policiais, se eles contribuem para a ascensão interna ou se colocam como entraves nesse caminho, ou mesmo em que grau atravessam suas atuações cotidianas. O papel das associações e sindicatos policiais ainda se encontra sub-representado nessa literatura, ainda mais quando se considera o potencial de acúmulo de capital político envolvido nessas atividades, ao tornarem cotidianas as relações de sua cúpula com parlamentares, gestores e partidos políticos na defesa das prerrogativas de sua categoria.

Neste ponto, há também de se levar em conta o peso dos lobbies corporativos sobre governadores e parlamentares, assim como os interesses das empresas privadas de segurança. A própria construção das lideranças nas polícias, que posteriormente serão recrutadas para uma candidatura, merece mais atenção. Se em algum momento greves policiais serviram como alavancas para o acúmulo de legitimidade e construção de uma carreira política daqueles que compõem as corporações policiais no país, o papel das redes sociais e das operações gravadas e divulgadas que possibilitam a construção de um perfil público “linha dura”, assim como a participação de policiais em conselhos de segurança municipais, também podem e precisam ser mais exploradas em algum momento.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. (1993), “Criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 35: 3-24.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de & SINHORETTO, Jacqueline. (2017), “O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 2 (84): 188-215.
- BARREIRA, César. (1998), “Lugar de policial é na política? Estratégias simbólicas de afirmação e negação”. In: BARREIRA, Irllys & PALMEIRA, Moacir (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, Annablume.
- BARREIRA, César & ADORNO, Sérgio. (2010), “A violência na sociedade brasileira”. In: MARTINS, Carlos Benedito & MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
- BASTOS, Sara Talice Santos. (2022), “*Em briga de marido e mulher se mete a colher sim!*”: a disputa em torno do enfrentamento à violência contra a mulher na Câmara dos Deputados. Porto Alegre, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BENETTI, Pedro Rolo. (2017), “*Em defesa da ordem*”: debates parlamentares sobre a violência no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BENETTI, Pedro Rolo. (2022), “Na antessala da bancada da bala: argumentos contra o Estatuto do Desarmamento (2003)”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, 15 (3): 859-882.
- BENETTI, Pedro Rolo & ALVAREZ, Marcos César. (2021), “The bullet caucus: from the National Congress to social media”. *Revista Videre*, Dourados-MS, 13 (28).
- BERLATTO, Fábila. (2017), *Sociologia política da segurança pública: um estudo dos secretários estaduais*. Curitiba, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.
- BERLATTO, Fábila & CODATO, Adriano. (2014), “Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal”. *The Observatory of Social and Political Elites of Brazil – Newsletter*, 1 (7).
- BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano & BOLOGNESI, Bruno. (set.-dez. 2016), “Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 21: 77-120.
- BONELLA, Leticia. (2024), *Bancada feminina da bala: perfis e pautas das candidatas da Segurança Pública a Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022*. Porto Alegre, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- BONELLI, Maria da Glória. (2002), *Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado*. São Carlos, EdUFSCar/Sumaré.
- CALDEIRA, Teresa Pires. (2000), *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp.
- CARVALHO, José Murilo de. (2019), *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo, Todavia.
- CARVALHO, Juliana. (2022), “Revisão da bibliografia sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares no Brasil”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 1, (97): 1-16.
- CHICARINO, Filipe. (2017), *Mídia e criminalidade: a narrativa jornalística na construção da memória coletiva sobre a redução da maioridade penal*. Vila Velha, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade de Vila Velha.
- CHICARINO, Filipe & DE ANGELO, Vitor. (2017), “A redução da maioridade penal na mídia e a memória parlamentar”. *VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est*, 11-14 de setembro, Vitória.
- CIOCCARI, Deysi. (2016), *Do PFL ao DEM: uma análise das bancadas*. São Paulo. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP.
- CORADINI, Odaci Luiz. (2001), *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. (2020), “As eleições e o sindicalismo policial”. *Fonte Segura*, 4 de novembro. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/as-eleicoes-e-o-sindicalismo-policial/>, consultado em 06/03/2025.
- CYMROT, Danilo. (2014), *Polícia militante: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1999-2011)*. São Paulo, Tese de doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.
- ENGELMANN, Fabiano & PILAU, Lucas Batista. (2025), “Os sentidos da política na Polícia Federal: entre captura corporativa e institucionalidade. In: KERCHE, Fabio & MARONA, Marjorie. *Governo Lula 3: reconstrução democrática e impasses políticos*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- FACHINETTO, Rochele Fellini *et al.* (2020), “As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores ‘pioneiros’ nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018)”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, 91: 1-39.
- FAGANELLO, Marco Antônio. (2015), “Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora”. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André & CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- FAGANELLO, Marco Antônio. (2017), *O voto na bancada da bala: estudo de geografia eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016)*. Campinas, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2022), *Informe de análise – Candidaturas de Profissionais da Segurança Pública*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/08/analise-candidaturas-2022.pdf>, consultado em 06/03/2025.
- FREITAS, Carlos. (2023), *Candidaturas a vereador de profissionais das forças de segurança: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GELISKI, Leonardo; SIMONI JÚNIOR, Sérgio & MADEIRA, Lígia Mori. (2025), “The electoral support for law and order candidates: Violence and local state capacities”. *Brazilian Political Science Review*, 19 (1): 1-19.
- GOMES, Bianca. (2021), “Especialistas defendem punições para conter politização das PMS nos estados”. *O Globo*. 24 de agosto. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/especialistas-defendem-punicoes-para-conter-politizacao-das-pms-nos-estados-25167513>, consultado em 06/11/2025.
- HIGA, Gustavo; ALVAREZ, Marcos César; BENETTI, Pedro Rolo & NOVELLO, Roberta Heleno. (2022), “Políticos de farda: analisando candidaturas de policiais e militares nas eleições de 2020”. *Latin American Human Rights Studies*, vol. 2.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. (2021), *Policialismo: novo fenômeno político brasileiro?* São Paulo, Instituto Sou da Paz. Disponível em <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2021/06/Policialismo-Novo-Fenomeno-Brasileiro-1.pdf>, consultado em 06/03/2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2022), *Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo Federal*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/arquivos/rmd/6838-ntpresencademilitarespublicacaopreliminar.pdf>, consultado em 17/11/2025.
- JOLY, Bruno Renan. (2017), *Risco e vitimização policial militar: da caserna à política*. São Carlos, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.
- KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel & MIRANDA, Ana Paula Mendes de. (2000), “Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (50): 45-123.
- KURCHAIT, Marina Zminko. (2017), “*Nós não controlamos o vento*”: os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do ‘Massacre do dia 29 de abril’. Curitiba, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.
- LACERDA, Marina Basso. (2018), *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- LATERZO, Isabel. (2023), *Law enforcement and electoral politics*. Working paper. Disponível em: https://conferencebit.com/uploads/1808/7d352-Laterzo_SWMMR_paper.pdf, consultado em 17/06/2025.

- LIMA, Renato Sérgio de. (2019), “Eleições de policiais no Brasil e a força do ‘partido policial’”. In: RUEDIGER, Marco Aurélio & LIMA, Renato Sérgio de (orgs.). *Segurança pública após 1988: história de uma construção inacabada*. Rio de Janeiro, FGV DAPP.
- LOURENÇO, Luiz Claudio & ALVAREZ, Marcos César. (2017), “Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017)”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, 84: 216-236.
- MACAULAY, Fiona. (2019), “Bancada da Bala: the growing influence of the security sector in Brazilian politics”. In: FOLEY, Conor (ed.). *In spite of you: Bolsonaro and the New Brazilian resistance*. Nova York, OR Books, pp. 56-70.
- MAILLARD, Jacques de & O’NEILL, Megan. (2024), “Is it possible to reform police stops? Politicisation and police change in two European countries”. *Criminology & Criminal Justice*, 24 (5): 1011-1027.
- MIRANDA, João Vitor Silva. (2019), *Composição e atuação da “Bancada da Bala” na Câmara dos Deputados*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MORI, Leticia. (2021), “Policiais bolsonaristas na ativa: por que politização das PMs ameaça democracia”. *BBC News Brasil*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58311286>, consultado em 06/11/2025.
- MUNIZ, Jacqueline & PROENÇA JR., Domício. (2007), “Muita politicagem, pouca política: os problemas da polícia são”. *Estudos Avançados*, 21(61).
- MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée & FREITAS, Felipe. (2018), “Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, 84, 2/2017: 148-187.
- NEVES, Rafael. (2022), “Puxadas por partido de Bolsonaro, candidaturas de PMs batem recorde em 2022”. *Uol*, 16 de agosto. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/16/record-de-policiais-militares-candidatos.htm>, consultado em 06/03/2025.
- NOVAES, Lucas M. (2024), “The violence of law-and-order politics: The case of law enforcement candidates in Brazil”. *American Political Science Review*, 118 (1): 1-20.
- NOVELLO, Roberta Heleno. (2018), *‘Bancada da Bala’: discursos e práticas sobre punição, crime e insegurança na Assembleia Legislativa de São Paulo*. São Paulo, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- NOVELLO, Roberta & ALVAREZ, Marcos César. (jan.-abr. 2022), “Da ‘bancada da segurança’ à ‘bancada da bala’: deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, 15 (1): pp. 81-101.
- OLIVEIRA, Michel Ferreira de. (2021), *Política, polícia e segurança pública no Estado do Rio de Janeiro (1975-2019)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.

- PILAU, Lucas Batista. (2024), *O poder político na Polícia Federal: entre a burocracia estatal e a política partidária (2002-2022)*. Porto Alegre, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PILAU, Lucas Batista & ENGELMANN, Fabiano. (2025), "Punishing the corrupt and renewing politics: The candidacies of federal police officers for the Brazilian Chamber of Deputies (2002-2018)". *Brazilian Political Science Review*, 19 (2): e0002.
- PORTAL DE DADOS ABERTOS do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), <https://dadosabertos.tse.jus.br/>.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. (2015), *Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade*. Porto Alegre, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis & MADEIRA, Rafael Machado. (2020), "A 'nova direita brasileira' na prática: as proposições protocoladas pelo PSL na Câmara dos Deputados (2019)". *44º Encontro Anual da ANPOCS*, 1-11 de dezembro, On-line.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis & MADEIRA, Rafael Machado. (2018), "Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, 24 (3): 486-522.
- REINER, Robert. (2002), *A política da polícia*. São Paulo, Edusp.
- RIBEIRO, Talita. (2023), "O fenômeno do policial político no Brasil". *Orbis – Boletim Trimestral do Lepeb-UFF*, 1 (4).
- RIBEIRO, Ludmila & TEIXEIRA, Alex Niche. (2017), "O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal". *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (84), pp. 13-80.
- RICARDO, Carolina. (2023), "Democracy cannot be taken for granted in Brazil: the risk of the politicization of police forces". *Forensic Research & Criminology International Journal*, 11, issue 4: 139-141.
- RICARDO, Carolina & BUENO, Samira. (2024), "A perigosa radicalização das polícias". *Quatro Cinco Um*, 1º de outubro. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/artigos/laut/a-perigosa-radicalizacao-das-policias/>, consultado em 06/03/2025.
- ROMERO, Simon. (2015), "‘Bullet Caucus’ in Brazil signals political shift to the right". *The New York Times*, 14 de janeiro. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/15/world/americas/bullet-caucus-in-brazil-signals-a-shift-to-the-right.html>, consultado em 30/10/2025.
- SALLA, Fernando. (2006), "A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar". In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo, IBCCRIM.
- SALLA, Fernando & TEIXEIRA, Alessandra. (2020), "O crime organizado entre a criminologia e a sociologia". *Tempo Social*, 32 (3): 147-171.
- SANJURJO, Diego. (2021), "Why are Brazilians so interested in gun control? Putting the Multiple Streams Framework to the test". *Opinião Pública*, Campinas, 27 (3): 730-756.
- SANTOS, Eveline Ribeiro dos. (2018), *A bancada da bala na Câmara: quem são e o que propõem*

- esses deputados. Brasília, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília.
- SANTOS, Vanessa Orban Aragão. (2017), *Bancada da bala: critérios de representação e identidade. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia*, 26-29 de julho, Brasília.
- SANTOS, Vanessa Orban Aragão. (2023), *'Mais bala pela vida': o discurso punitivo da bancada da bala sobre o controle do crime e a resolução dos problemas criminais no Brasil*. São Paulo Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- SILVA NETO, Antonio Sabino da. (2016), *A disputa pelo troféu da segurança pública: uma análise sobre os policiais militares nas eleições de 2014 no Ceará*. Fortaleza, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.
- SINHORETTO, Jacqueline; CEDRO, André & MACEDO, Henrique. (2024), "Policiais e bolsonarismo: a expressão de discursos discriminatórios em redes sociais abertas e fechadas". *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, 56 (1).
- SOUZA, Elias Ariel de. (2019), *Entre o coturno e o terno: os deputados estaduais oriundos das polícias militares, suas proposições legislativas e os interesses corporativos*. Curitiba, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná.
- TRINKS, Matheus Moraes. (2018), *Financiamento de campanha e produção legislativa: uma análise da "Bancada da Bala"*. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- ZALUAR, Alba. (1999), "Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização". *São Paulo em Perspectiva*, 13 (3): 3-17.
- ZAVERUCHA, Jorge. (2008), "De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência". *Revista de Sociologia e Política*, 16 (31): 177-195.
- ZOOROB, Michael. (2019), "Blue endorsements matter: how the Fraternal Order of Police contributed to Donald Trump's victory". *Ps: Political Science & Politics*, 52, issue 2: 243-250.

Resumo

A participação de policiais no processo político-eleitoral: um balanço bibliográfico

Este trabalho tem por objetivo apresentar um balanço da bibliografia existente nas ciências sociais sobre a participação de policiais no processo político-eleitoral brasileiro. Desde a redemocratização do país, uma série de policiais ocuparam posições de destaque em cargos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo, ocorrendo um incremento considerável de candidatos-policiais a partir das eleições de 2018. Com esse fenômeno em evidência no debate público, diversas pesquisas foram produzidas e publicadas. Por isso, considera-se relevante questionar: Quais são as produções existentes sobre o tema nas ciências sociais, suas características e de que forma elas dialogam entre si? Para oferecer uma resposta consistente a essa problematização, foram consultados diversos repositórios de publicação (como o *Google Scholar*, o *SciELO* etc.) e outras

fontes, a fim de levantar e analisar os estudos existentes sobre o tema. Nesta etapa da pesquisa, foram encontrados 42 trabalhos, publicados entre 1998 e 2025 e provenientes, sobretudo, das áreas da Ciência Política e da Sociologia e no formato de teses, dissertações e artigos em sua maioria. Ao final, argumenta-se pela distribuição dessa literatura em quatro eixos temáticos: “Elementos político-eleitorais”; “Representações sobre crime, violência e punição”; “Bancada da Bala”; e “Movimentos políticos”.

Palavras-chave: Policiais; Eleições; Balanço bibliográfico.

Abstract

The participation of police officers in the political-electoral process: a bibliographic review

This article aims to present an overview of the existing social science literature on the participation of police officers in the Brazilian political-electoral process. Since the country's re-democratization, numerous police officers have occupied prominent elected positions in both the Executive and Legislative branches, with a notable increase in police candidates emerging from the 2018 elections onward. As this phenomenon gained visibility in public debate, various studies were produced and published. It is therefore pertinent to ask: What scholarly works on this topic exist within the social sciences, what are their characteristics, and in what ways do they engage with one another? To provide a consistent response to this inquiry, a range of publication repositories (such as *Google Scholar* and *SciELO*), as well as additional sources, were consulted to identify and analyze the studies addressing this subject. At this stage of the research, forty-two works were found, published between 1998 and 2025, originating primarily from the fields of Political Science and Sociology, and most commonly in the form of theses, dissertations, and journal articles. Ultimately, the article argues that this body of literature may be organized into four thematic axes: “Political-electoral elements,” “Representations of crime, violence, and punishment,” “The ‘Bancada da Bala,’” and “Political movements.”

Keywords: Police Officers; Elections; Literature Review.

LUCAS BATISTA PILAU é pesquisador de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP, Brasil) com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – Processo n. 2024/01860-8), que apoiou a realização deste trabalho. É doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). É mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). É graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL, Brasil). E-mail: lucasbatistapilau@gmail.com.

SÉRGIO ADORNO é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1974), doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1984), com pós-doutorado pelo Centre

de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales, Cesis, França. Professor titular, foi diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP, 2012-2016); coordenador científico do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Violência, Democracia e Segurança Cidadã (INCT-CNPq, 2009-2015); coordenador da Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância (2007-2014); presidente do Conselho Editorial da *Revista USP* (2011-2014) e coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), um Centro de Pesquisa, Educação, Inovação e Difusão (Cepid/Fapesp). Ocupou funções de representação na Capes, no CNPq e em Conselhos Deliberativos na USP. É autor de *Os aprendizes do poder* (Edusp, 2019) e de artigos e capítulos de livros no domínio da Sociologia da Violência, Direitos Humanos e Teoria Sociológica. É editor da Estudos Avançados (IEA-USP), professor honorário do Instituto de Estudos Avançados (USP) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. E-mail: sergioadorno@gmail.com.

Todos os autores participaram ativamente da discussão, da revisão e da aprovação da versão final do texto.
Declaração de disponibilidade de dados: Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.